

BARÓMETRO DA MEDIA AFRICANO

O Instituto da Comunicação Social da África Austral (MISA) e o Projecto Media da Fundação Friedrich-Ebert (FES) começaram, em Abril de 2005, com o projecto do Barómetro Africano dos Media (AMB). O Barómetro é um exercício de avaliação, feito por Africanos sobre a situação dos media nos seus respectivos países, de acordo com critérios locais. Este é o primeiro projecto aprofundado com sistema de medição e descrição detalhada sobre a situação da Comunicação Social no continente Africano. As linhas mestras para o Barómetro foram, na sua maioria, extraídas da Declaração da Comissão Africana para os Direitos Humanos e dos Povos e da Declaração dos Princípios sobre a Liberdade de Expressão em África, aprovada em 2002.

A Declaração foi, em grande medida, inspirada por conferências inovadoras realizadas em Windhoek, Namíbia, sobre a “Independência da Comunicação Social” (1992) e a “Carta Africana sobre a Radiodifusão” (2001). No fim de 2006, o MISA e a FES, já haviam juntos conseguido implementar o Barómetro em 11 países da região da África Austral. A FES implementou ainda o Barómetro em mais 10 países da região sub-sahariana. Em 2007, o exercício foi repetido nos países onde anteriormente havia sido realizado, fornecendo, desta forma, pela primeira vez dados comparativos sobre a evolução do sector da comunicação social no país, no período de dois anos.

Metodologia: São formados a nível de cada país, um painel de peritos que inclui igual número de representantes tanto da comunicação social como da sociedade civil. Estes participam no painel a título individual, e não como representantes das suas respectivas organizações. São feitos esforços no sentido de garantir uma representatividade geográfica do país, e uma distribuição equitativa do género.


O painel consiste no máximo de dez membros, que deverão se reunir bienalmente durante um retiro de dois dias. Durante este período, os membros do painel avaliam, através de discussões qualitativas,

o estágio de evolução do sector da comunicação social no seu país, de acordo com indicadores pré-estabelecidos, e conseqüentemente determinam a pontuação (quantitativa) para cada indicador. Para garantir resultados comparáveis, é necessário a presença de um consultor devidamente formado e independente para moderar o exercício. Os relatórios são tornados públicos.

Sistema de pontuação: Os membros do painel são solicitados a fazer a sua pontuação individual nos respectivos indicadores, depois de uma discussão qualitativa, e voto anónimo de acordo com a seguinte escala:

1. O país não atinge o indicador;
2. O país atinge minimamente os aspectos do indicador;
3. O país atinge muitos aspectos do indicador, mas o progresso pode ser muito recente para se julgar;
4. O país atinge maior parte dos aspectos do indicador;
5. O país atinge todos os aspectos do indicador e assim o faz, há já algum tempo.

A pontuação para cada sector é determinada da seguinte forma: Os membros do painel deverão, depois de uma discussão qualitativa em grupo, anexar as suas pontuações individuais (1-5) em cada sub-indicador de um sector. A soma de todas as pontuações será dividida pelo número de membros constituintes do painel. O resultado será então considerado como a pontuação média final do sub-indicador. Este relatório qualitativo, que inclui as pontuações, tem como propósito a medição em função do tempo (baseando-se na repetição bial do encontro do painel) o progresso ou de outra forma o desenvolvimento no sector da comunicação social.



Kaitira Kandjii
Director Regional
MISA



Rolf Paasch
Chefe do Projecto da
Comunicação Social na SADC

BARÓMETRO DA MEDIA AFRICANO MOÇAMBIQUE

Sector I: A Liberdade de Expressão, incluindo a Liberdade de Imprensa, são efectivamente protegidas e promovidas.

1.1. *A Liberdade de Expressão, incluindo a Liberdade de Imprensa, estão garantidas na Constituição e protegidas por outras peças legislativas.*

Análise:

A Liberdade de Expressão e a Liberdade de Imprensa estão protegidas pela Constituição da República de Moçambique, muito especificamente através do seu artigo 48. Essas liberdades são efectivamente promovidas e garantidas pela Lei 18/91, de 10 de Agosto, vulgarmente conhecida por Lei de Imprensa.

Pontuação individual: 5; 5; 5; 5; 5; 5; 4; 3; 5; 5

Média: 4.7

1.2. *O direito à Liberdade de Expressão é praticado e os cidadãos, incluindo os jornalistas, estão a usufruir desse direito sem medo.*

Análise:

O medo depende de cada um, dado que nada há contra o exercício desses direitos. A esfera em que se opera é efectivamente democrática. Mesmo nos círculos jornalísticos onde ainda existem os que se manifestam como possuidores de medo, nota-se que tal é em função das expectativas que certos profissionais da comunicação social têm. Mas, em termos objectivos, nada há que possa criar medo.

À medida que se sai da Cidade de Maputo, a capital do país, constata-se a existência de alguns indícios claros de medo nos meandros jornalísticos, devido ao não respeito que alguns políticos têm para

MOÇAMBIQUE

com a Liberdade de Imprensa. Um jornalista que trabalha em Quelimane, capital da província da Zambézia, foi, nos finais de 2006, exonerado do cargo de chefia que desempenhava num órgão público de comunicação social, isso por ter recusado participar numa reunião do partido no poder, a Frelimo, para a qual havia sido convidado.

É fundamental que os jornalistas façam o seu melhor no sentido de resistirem à manipulação dos políticos, que nunca acabará. E a manipulação é talvez mais forte na capital do país que nas províncias. Os que se entregam à manipulação acabam pensando que o clima está tenso.

À excepção de Maputo, onde ainda há os que não escrevem, por exemplo, sobre a Renamo por temerem ser conotados com a oposição política, até certo ponto o medo se acentua quando se está fora da capital do país. O que sucede com as rádios comunitárias é disso revelador. Só um ano depois é que se soube, por exemplo, que os sete milhões de meticais alocados aos distritos estavam a ser mal usados, dado que os jornalistas das rádios comunitárias nada reportaram sobre o assunto devido ao medo existente fora de Maputo.

Há muita intimidação política fora da capital nacional, que muitas vezes resulta em represálias. Isso medo entre as pessoas, incluindo jornalistas. Nessa situação, as pessoas acabam não arriscando, dado que há que proteger a integridade física. Situações de abuso do poder fora de Maputo devem ser prontamente denunciadas, para que ilegalidades não abundem. Em 2006, por exemplo, um procurador ordenou a detenção ilegal, em Barué, na província de Manica, de três jornalistas, mas logo que o MISA-Moçambique denunciou a ocorrência eles foram soltos e o Procurador-Geral da República (PGR) instaurou um processo disciplinar contra o procurador em causa.

Pontuação individual: 3; 5; 3; 3; 2; 3; 2; 2; 4; 2

Média: 2.9

1.3. *Não há nenhuma lei que restrinja a Liberdade de Expressão, tal como leis excessivas sobre Segredo do Estado e Difamação, ou leis que interferem, irrazoavelmente, no trabalho dos meios de comunicação social.*

Análise:

Há, em Moçambique, leis que restringem a Liberdade de Expressão. Uma dessas leis é o Estatuto Geral dos Funcionários do Estado (EGFE), que impede os funcionários públicos de falarem publicamente do seu trabalho. Isto concorre para a proliferação de fontes anónimas nos media. Este facto entra em contraste com a lei número 30/2001, que diz que os funcionários públicos têm que colaborar no que concerne ao acesso, pelos jornalistas, às fontes oficiais de informação.

A Lei de Imprensa tem também alguns artigos excessivos. Por exemplo, os números 1 e 2 do artigo 29 deste monumento legal, que se debruça sobre o acesso às fontes oficiais de informação, se mostram contraditórios, uma vez que o número um diz que tem que se facultar o acesso, enquanto que o número dois fala de consentimento. Facultar sem consentir nada serve.

Outros aspectos da Lei de Imprensa tidos como problemáticos são o artigo 42 (sobre crimes de abuso de imprensa), que diz que os crimes de imprensa têm natureza urgente, e o artigo 47, que estipula que quando o queixoso for o Presidente da República (PR), não há lugar à prova da verdade dos factos, o que não é razoável. No ante-projecto de revisão desta lei (Lei de Imprensa) este artigo é eliminado, dado que a Constituição da República de 2004 estipula, no seu artigo 153, que o Presidente da República é passível de responsabilidade criminal por actos cometidos no exercício das suas funções, facto que não constava da Constituição de 1990 na base da qual a actual Lei de Imprensa foi aprovada.

Ficou assente que a coisa boa é que, no caso dos crimes de imprensa, muitos dos que são efectivamente difamados não conhecem

MOÇAMBIQUE

a Lei de Imprensa. Os jornalistas devem ter presente que existe um Código de Conduta dos Dirigentes Superiores do Estado - que abarca ministros, governadores provinciais e administradores distritais - que tem cláusulas que não permitem que nenhum dos aqui citados se refira ao seu trabalho fora dos locais oficiais.

Existe outra preocupação no que concerne aos crimes de imprensa: os juízes julgam-nos quase sempre somente com recurso ao que postula o Código Penal, ignorando por completo a Lei de Imprensa.

Pontuação individual: 2; 2; 2; 2; 2; 2; 2; 2; 2; 1

Média: 1.9

1.4. *A admissão e prática da profissão de jornalista não têm restrições legais.*

Análise:

Existe, em Moçambique, uma excessiva irrestricção, o que faz com que qualquer um que não consegue arranjar um emprego diga que é jornalista.

Pontuação individual: 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5

Média: 5.0

1.5. *A protecção de fontes de informação é garantida por lei.*

Análise:

Tanto a Constituição da República como a Lei de Imprensa, designadamente no seu artigo 30, reconhecem o sigilo profissional dos jornalistas. O preocupante nisto é o facto de os magistrados judiciais denotarem falta de conhecimento do que a legislação diz a este respeito, particularmente a Lei de Imprensa.

Pontuação individual: 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5;

Média: 5.0

1.6. *A informação administrativa é facilmente acessível a todos os cidadãos, incluindo aos jornalistas.*

Análise:

A informação administrativa não é facilmente acessível em Moçambique. O MISA-Moçambique submeteu ao Parlamento, a 30 de Novembro de 2005, um ante-projecto de Lei de Direito à Informação, que visa efectivamente colmatar essa lacuna.

Pontuação individual: 1; 1; 1; 4; 1; 1; 1; 1; 1; 2

Média: 1.4

1.7. *A sociedade civil, no geral, e os grupos de lobby pró-comunicação social, fomentam activamente a Liberdade de Imprensa.*

Análise:

A situação prevalecente denota que as organizações da sociedade civil não estão conscientes de que a sua existência não pode ser efectiva sem a imprensa, daí que elas (as organizações da sociedade civil) nada fazem no sentido de fomentarem activamente a Liberdade de Imprensa.

Há uma clara falta de cultura de informação no seio da sociedade civil moçambicana, que ainda é, na realidade, bastante incipiente. Como evidência disso (falta de cultura de informação), muitas organizações da sociedade civil não assinam um jornal pelo menos. Elas pensam que o seu trabalho consiste somente em abrir furos de água; mostram falta de conhecimento quanto à noção de que a consciencialização das pessoas só pode ser feita de uma forma efectiva com recurso aos meios de comunicação de massas.

MOÇAMBIQUE

A situação é tão preocupante a ponto de mesmo a Liga dos Direitos Humanos (LDH), uma das mais proeminentes organizações da sociedade civil em Moçambique, não usar efectivamente os media para consciencializar as pessoas sobre o que são os direitos humanos. Nas poucas vezes em que a sociedade civil moçambicana chama a imprensa, fica claro que são os seus próprios líderes que tencionam “dar nas vistas”, quase sempre sem nada que seja realmente de interesse público.

Quando foi do “caso Mabáruè”, em Maio de 2006, apenas o MISA-Moçambique tomou um posicionamento público, o que sugere que, para as demais organizações da sociedade civil, questões ligadas à Liberdade de Expressão e de Imprensa não são relevantes.

Pontuação individual: 1; 1; 1; 1; 1; 2; 1; 1; 1; 1

Média: 1.1

Média Sector I: 3.1

Sector II: O cenário da comunicação social é caracterizado pela diversidade, independência e sustentabilidade.

2.1. *Uma ampla gama de fontes de informação (jornais, rádios, televisões e Internet) estão disponíveis e financeiramente acessíveis aos cidadãos.*

Análise:

As fontes de informação existem, mas não são acessíveis. Alguns que até possuem poder financeiro estão à margem do que os média noticiam, por não possuírem cultura de informação. O acesso à rádio é razoável. Em termos territoriais, ela pode, particularmente durante a noite, ser ouvida por todos, mas em termos populacionais a cobertura ronda os 90%. A televisão possui uma cobertura territorial de 70% e populacional de cerca de 50%. Os jornais são lidos por não mais de 2.5% dos cidadãos. Quanto à Internet, o acesso é mais diminuto ainda!

Deve-se ter presente que o acesso aos meios de comunicação social em si não significa necessariamente o acesso à informação. Os que não têm televisores em suas casas, por exemplo, vão à casa do vizinho na hora das telenovelas e não para verem programas informativos. Os órgãos públicos deveriam ter a obrigação de disponibilizar muita informação de interesse público.

Pontuação individual: 3; 2; 3; 2; 3; 2; 2; 3; 2; 3

Média: 2.5

2.2. *O acesso dos cidadãos aos media domésticos e internacionais não é restringido pelas autoridades do Estado.*

Análise:

Não há, em Moçambique, restrição em termos de acesso aos meios de comunicação social, quer domésticos quer internacionais.

Pontuação individual: 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5

Média: 5.0

2.3. *Esforços são desenvolvidos para aumentar o âmbito da circulação da media em suporte de papel, particularmente às comunidades rurais.*

Análise:

Não existe nenhum esforço bem sucedido nesse sentido. O Estado é, por exemplo, accionista maioritário da empresa Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), mas não subsidia o transporte de jornais. A importação de papel não beneficia de incentivos fiscais e nem de taxas especiais. Há países em que os Parlamentos aprovaram incentivos à comunicação social, particularmente no que diz respeito à sua massificação.

Em Moçambique, o Estado nada faz nesse sentido, o que é ainda agravado pelo facto de existirem administradores distritais claramente hostis à presença de jornais independentes nas unidades territoriais sob sua jurisdição. Um cidadão residente em Inhambane acaba foi “denunciado” por um administrador, por ler o “SAVANA” e o “ZAMBEZE”, que são jornais independentes. Ao nível da província da Zambézia, coisas tais ocorrem igualmente ao nível do governo provincial.

O recém terminado Projecto Media da UNESCO, que era co-financiado pelo PNUD e pelo Governo, pode ser considerado como um esforço isolado nesse sentido, mas que acabou sendo um fracasso. Um

dos pontos dessa iniciativa era o apoio à imprensa independente. Estava ainda prevista a criação de Centros de Media Comunitária. Há um que foi criado, por exemplo, na cidade da Beira, capital da província de Sofala.

A situação em que os media independentes operam mostra que o governo não tem uma atitude proactiva para com estes, pelo que nada faz para o seu bem. O que o governo tem é uma atitude inflexível em relação a este sector (dos media). O governo tinha, até há pouco tempo, um jornal chamado “O Campo”, cuja periodicidade era uma incógnita. Nas poucas vezes em que esse jornal saía não chegava às zonas rurais.

A imprensa, por via das empresas do sector, é igualmente parte do problema, dado que não se mostra devidamente organizada. Existe uma organização que é suposta tudo fazer para o seu bem, que é a Associação das Empresas Jornalísticas (AEJ), mas cuja acção não se faz sentir.

Pontuação individual: 2; 2; 2; 3; 2; 3; 1; 2; 1; 1

Média: 1.9

2.4. *Legislação sobre a radiodifusão (rádio e televisão) que viabilize um ambiente propício para a radiodifusão pública, comercial e comunitária foi aprovada e está a ser implementada.*

Análise:

Em 1992, um ano após a aprovação e entrada em vigor da Lei de Imprensa, foi aprovado, pelo Conselho de Ministros (CM), que é o Governo de Moçambique, um decreto-lei sobre o acesso à frequência, que estabelece as condições para o efeito. Fora disso, nada mais existe em termos de legislação.

Existe uma Política Nacional de Informação, que foi aprovada em 1996, mas que não tem efeito regulador. Os órgãos do sector público [Rádio Moçambique (RM) e Televisão de Moçambique (TVM)] estão

MOÇAMBIQUE

em competição constante com os do sector privado. A escassez de programas educativos é igual em ambos os cenários (público e privado). Nisso, a RM ainda se esforça em fazer coisas úteis. Tanto a RM como a TVM recebem financiamento do Estado por intermédio dos contratos-programa que são assinados com o Governo, não existindo uma lei específica para isso.

A situação das rádios comunitárias é particularmente delicada: elas estão sempre a pedir lei, mas não se avança. Diz-se, com alguma frequência, que os jornalistas das rádios comunitárias são animadores e não jornalistas. Não existe, efectivamente, uma legislação que garante co-existência, num ambiente saudável.

Pontuação individual: 1; 2; 1; 1; 1; 1; 1; 2; 1; 1

Média: 1.2

2.5. *A radiodifusão comunitária goza de promoção especial, dado o seu potencial para expandir o acesso por parte das comunidades pobres e rurais.*

Análise:

As rádios comunitárias constam sempre dos planos anuais do Governo, o que demonstra que existe um esforço especial para a sua promoção. A questão de fundo é se elas são para o bem das comunidades pobres e rurais ou são uma extensão do serviço público de radiodifusão. É por isso que elas têm acordos com a RM e com a TVM, particularmente as ligadas ao Instituto de Comunicação Social (ICS).

Existem, em Moçambique, rádios e televisões comunitárias que são sustentadas pelo Governo, outras por congregações religiosas e outro grupo que está sob a alçada de certos organismos da sociedade civil. Elas gozam, realmente, de alguma promoção.

Algo preocupante é o facto de as rádios comunitárias enfrentarem inúmeras dificuldades para se licenciarem. Elas são submetidas a

um processo de licenciamento quase idêntico ao que é aplicado às rádios comerciais. Antes da atribuição da licença de uma rádio comunitária, investiga-se intensamente a orientação política dos seus mentores.

Pontuação individual: 2; 1; 3; 3; 2; 2; 2; 3; 2; 1

Média: 2.1

2.6. *A independência editorial da imprensa (jornais e revistas) publicada por uma autoridade pública está adequadamente protegida contra a interferência política imprópria.*

Análise:

A independência editorial da imprensa com forte ligação histórica ao Estado não está protegida contra interferências políticas. Por exemplo, os executivos editoriais e jornalistas do jornal “Notícias”, o maior diário do país, procuram dar a imagem de que o jornal é privado. Contudo, o facto de o Banco de Moçambique ser o maior accionista da Sociedade do Notícias, S.A. proprietária da publicação e principal conselheiro financeiro do Governo, pode criar a ideia (errada ou não), de se tratar de um jornal não muito distante das posições do Governo.

Note-se que na altura em que o barómetro foi realizado, o Presidente do Conselho de Administração da Sociedade do Notícias, S.A. era o Governador do Banco de Moçambique. Esta situação só veio a mudar com a nomeação da nova Presidente do Conselho de Administração, mas que também é funcionária superior do Banco de Moçambique.

Pontuação individual: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 2; 1; 1

Média: 1.1

2.7. *As agências de notícias independentes, nacionais ou regionais, recolhem e distribuem informação para toda a comunicação social.*

Análise:

Não existem agências de notícias independentes (nacionais ou regionais) em Moçambique, que recolhem e distribuem informação para toda a comunicação social.

Pontuação individual: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1

Média: 1.0

2.8. *A diversidade da comunicação social é promovida através da competição e regulação e/ou legislação adequada.*

Análise:

A realidade mostra que a diversidade não é promovida através de regras claras de competição e por leis adequadas, como é o caso das que são contra o monopólio. A Sociedade Independente de Comunicação (SOICO), que é proprietária da Stv, da Sfm, da FamaMagazine e do semanário “O País”, constitui um caso exemplar dessa situação.

A Stv, não tendo como adquirir licença para emitir em todo o país, por tal ser legalmente monopólio dos órgãos públicos de radiodifusão (RM e TVM), acabou pedindo licenças para cada província, daí que consegue ter “repetidores” por quase todo o país. Não se sabe se uma situação destas pode promover diversidade. Por outro lado, a SOICO está em tudo, por não haver uma lei anti-monopólio. Ela opera no domínio da televisão, da rádio e da imprensa escrita.

Pontuação individual: 3; 2; 3; 2; 3; 2; 2; 3; 2; 3

Média: 2.5

2.9. *O Governo promove um ambiente político e económico que permite um cenário diverso da comunicação social.*

Análise:

Em termos de ambiente político, a situação é boa. Mas em termos económicos o governo pouco ou nada faz no sentido de promover a diversidade na comunicação social. Isso pode se dever ao facto de que Moçambique é, na verdade, um país em transição para a democracia liberal e multipartidária, tendo até muito recentemente sido um país guiado pela ideologia marxista-leninista.

Pontuação individual: 3; 2; 2; 3; 3; 2; 2; 2; 2; 2

Média: 2.3

2.10. *Os órgãos privados de comunicação social operam como empresas eficientes e profissionais.*

Análise:

Os que operam são, até certo ponto, eficientes e profissionais. Há os que tentam ser ambas as coisas (eficientes e profissionais), enquanto que outros não o são.

Pontuação individual: 3; 3; 2; 2; 3; 3; 2; 2; 2; 3

Média: 2.5

2.11. *A imprensa estatal não é subsidiada com dinheiro dos contribuintes.*

Análise:

A questão que se faz neste ponto é paradoxal. A imprensa que é estatal é subsidiada, obviamente, por via do dinheiro dos contribuintes. O problema é que ela não é subsidiada na medida suficiente.

Pontuação individual: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 2; 1; 1

Média: 1.1

2.12. *O Governo não usa o seu poder sobre a colocação de anúncios como meio para interferir com o conteúdo da comunicação social.*

Análise:

O Governo não usa o seu poder de colocação de anúncios publicitários como meio de exercer pressão sobre os meios de comunicação social. De uma maneira geral, nota-se uma certa diversificação na colocação da publicidade do Estado em quase todos os órgãos de comunicação social, embora se note uma certa predominância de publicidade no jornal Notícias, dada a percepção de muitos dirigentes do Estado de que se trata da publicação de maior circulação no país.

Pontuação individual: 5; 5; 5; 4; 5; 5; 4; 4; 5; 5

Média: 4.7

2.13. *O mercado de publicidade é suficientemente grande para manter uma diversidade de órgãos de comunicação social.*

Análise:

Não há, por parte das empresas e empresariado que operam em Moçambique, cultura de publicidade. Nas vezes em que publicitam os seus produtos e serviços nos media, às vezes os gestores das empresas pensam que estão a fazê-lo por caridade. Com a nova lei de “Procurement”, tem aumentado a publicidade na comunicação social, mas não é razoável afirmar que o mercado de publicidade é suficientemente grande para manter a diversidade no ambiente mediático. O “Notícias” continua a beneficiar-se de grande parte da publicidade existente no mercado.

Pontuação individual:	1; 2; 2; 1; 2; 2; 2; 1; 1; 1
Média:	1.5
Média Sector II:	2.2

Sector III: A regulação de radiodifusão é transparente e garante independência. As estações públicas de radiodifusão são verdadeiramente públicas.

3.1. *A radiodifusão é regulada por um órgão independente devidamente protegido contra interferência, particularmente de natureza política e económica.*

Análise:

Há, em Moçambique, órgãos que se pretende que sejam reguladores. Contudo, a sua independência é, na melhor das hipóteses, questionável. Quanto à radiodifusão, não existe no país um órgão regulador. Existe o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM), que se limita a atribuir frequências. O Conselho Superior da Comunicação Social (CSCS) chega a pensar que é regulador, mas problemas de vária ordem, incluindo estruturais, tornam-lhe impossível que desempenhe esse papel.

Pontuação individual: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1

Média: 1.0

3.2. *O procedimento para a nomeação de membros do órgão regulador é aberto e transparente, envolvendo a sociedade civil.*

Análise:

Não existe nenhum órgão de regulação específico para a radiodifusão em Moçambique.

Pontuação individual: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1

Média: 1.0

3.3. *O órgão regula a radiodifusão no interesse público e as segura a justiça e uma diversidade de opiniões que representam amplamente a sociedade em geral.*

Análise:

Não existe, em Moçambique, um órgão regulador de radiodifusão, pelo que esta questão não é aplicável.

Pontuação individual: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1

Média: 1.0

3.4. *As decisões do órgão, especialmente na atribuição de frequências, é baseada numa política de radiodifusão desenvolvida de uma maneira transparente e inclusiva.*

Análise:

Não existe em Moçambique um órgão regulador como tal. Existe o INCM, a quem compete atribuir frequências. Este órgão funciona com base em dois instrumentos legais. O INCM era braço do Ministério dos Transportes e Comunicações e havia um decreto que o estabelecia como responsável pelo espectro rádio-eléctrico do país. Outro decreto é o de 1992, sobre o acesso às frequências. O Gabinete de Informação (GABINFO) limita-se a verificar a conformidade da “sociedade requerente” com a Lei de Imprensa.

Pontuação individual: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1

Média: 1.0

- 3.5. *As emissoras públicas são responsáveis perante os cidadãos, através de um Conselho de Administração representativo da sociedade em geral e seleccionado de uma maneira independente, aberta e transparente.*
-

Análise:

Os Conselhos de Administração das emissoras públicas são escolhidos pelo Governo, com base em critérios que nunca são tornados públicos. E esses Conselhos de Administração não são representativos da sociedade moçambicana. Neles há somente um elemento que é eleito pelos trabalhadores, mas a eficácia desta figura na articulação dos interesses dos trabalhadores muitas vezes pouco se faz sentir. Apesar de legalmente os órgãos de radiodifusão públicos serem entidades públicas, a maneira como os seus órgãos de direcção são nomeados com base nos poderes discricionários do Governo, torna-os efectivamente em órgãos estatais.

Pontuação individual: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1

Média: 1.0

- 3.6. *Indivíduos com interesses de natureza política ou comercial são excluídos de possível participação nos Conselhos de Administração, isto é, quadros do Estado e de partidos políticos, assim como aqueles que possuem interesses financeiros na indústria de radiodifusão.*
-

Análise:

Agora não é possível garantir isso, dado que o modelo que se usa é problemático, uma vez que na verdade, os membros dos Conselhos de Administração tornam-se “reféns” do Governo, por via da Primeira-Ministra, que é quem indica os presidentes desses órgãos. O Governo exerce igualmente controlo através do financiamento, que é garantido por intermédio de contratos-programa que as emissoras assinam consigo, e não pelo Parlamento.

Pontuação individual: 2; 1; 2; 2; 2; 2; 2; 2; 2; 2

Média: 1.9

3.7. *A independência editorial das emissoras públicas [de rádio e de televisão] da pressão comercial e da influência política é garantida e praticada por lei.*

Análise:

Existe, por lei, protecção política, mas que não chega a ser praticada.

Pontuação individual: 1; 2; 2; 1; 2; 1; 2; 3; 1; 2

Média: 1.7

3.8. *As emissoras públicas são adequadamente financiadas de modo a que elas estejam protegidas de interferência aleatória no seu orçamento.*

Análise:

Não está, de forma alguma, garantida a independência financeira dos órgãos de radiodifusão públicos, uma vez que os seus orçamentos não são decididos pelo Parlamento, cabendo esse papel ao poder discricionário do Governo. Os chamados Contratos-Programa que eles devem assinar com o Governo não são realizados na íntegra.

Pontuação individual: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1

Média: 1.0

3.9. *A emissora pública é devidamente acessível em todo o país.*

Análise:

As condições técnicas para o acesso estão criadas. A RM tem emissores em todas as províncias do país, que emitem em quase todas as línguas nacionais.

MOÇAMBIQUE

Pontuação individual: 4; 5; 5; 4; 4; 5; 5; 3; 4; 4

Média: 4.3

3.10. *A emissora pública oferece uma programação diversa para todos os interesses.*

Análise:

A programação que é oferecida não satisfaz a todos os segmentos da sociedade. Na componente religiosa, por exemplo, somente a Igreja Católica possui algum espaço. As demais religiões são ignoradas. Atualmente, as emissoras públicas parecem propriedade dos jovens, que possuem, nelas, espaço excessivo. Os idosos, por exemplo, nem são incluídos. Entretenimento é só música e dança; não há, por exemplo, nada sobre literatura nas emissoras públicas.

Pontuação individual: 3; 3; 3; 3; 3; 3; 3; 3; 2; 3

Média: 2.9

3.11. *A emissora pública oferece informação equilibrada e justa, que reflecte o espectro completo de opiniões e pontos de vista diversos.*

Análise:

Há um equilíbrio relativo. Existem, por exemplo, programas interactivos em que os cidadãos participam através de telefone e enviando mensagens. Na realidade, qualquer um pode participar desses programas, quer seja do partido no poder ou doutras formações políticas. Existem problemas no que toca ao alinhamento das notícias, que é quase sempre em função das hierarquias governamentais. Quando chega o tempo de campanhas eleitorais, o equilíbrio informativo esfuma-se ainda mais, dado que o partido no poder, a Frelimo, é sempre quem é mais beneficiado.

Pontuação individual: 3; 4; 5; 4; 4; 4; 3; 3; 3; 4

Média: 3.7

3.12. *A emissora pública oferece, o quanto possível, conteúdo local diverso e criativo, sempre que tal se mostra economicamente possível.*

Análise:

A emissora pública deixou de depender, de há algum tempo a esta parte, do estrangeiro para garantir as suas emissões. Quanto à música, por exemplo, temos hoje muita produção doméstica que é passada nas estações públicas de radiodifusão (rádio e televisão), diferentemente do que acontecia num passado recente, em que se dependia de música zairense e sul-africana. Apesar de se oferecer o razoável, tendo em conta as capacidades financeiras, ainda pode ser feito mais.

Pontuação individual: 4; 4; 4; 4; 4; 4; 5; 4; 4; 3

Média: 4.0

Média Sector III: 2.0

Sector IV: Os media praticam altos níveis de profissionalismo.

4.1. *A comunicação social segue códigos voluntários de padrões profissionais, que são reforçados por órgãos auto-reguladores.*

Análise:

A comunicação social segue, efectivamente, certos códigos voluntários, mas não são impostos por nenhum órgão auto-regulador. O que os jornalistas fazem é seguir as regras universais de ética e deontologia profissional desta profissão.

Pontuação individual: 3; 4; 3; 3; 2; 4; 3; 3; 2; 3

Média: 3.0

4.2. *O padrão de reportagem segue os princípios básicos de rigor e exactidão.*

Análise:

Em geral, os órgãos de comunicação social seguem os princípios de rigor e exactidão. Contudo, há ainda alguns aspectos que acabam manchando as reportagens, como, por exemplo, a excessiva adjecção.

Pontuação Individual: 4; 4; 3; 4; 4; 4; 4; 4; 3; 4

Média: 3.8

4.3. *A comunicação social cobre o espectro completo de acontecimentos, questões e culturas, incluindo histórias de negócios, culturais, locais e investigativas.*

Análise:

Há um esforço nesse sentido, mas a comunicação social ainda não consegue cobrir todos os acontecimentos jornalisticamente relevantes. A noção do que é realmente de interesse público está a

expandir-se cada vez mais por toda a imprensa.

Pontuação individual: 4; 4; 3; 4; 4; 3; 3; 3; 4; 4

Média: 3.6

4.4. *A integração de questões de género é promovida no que diz respeito à participação igual de ambos os sexos no processo de produção de notícias.*

Análise:

Esse aspecto não se verifica assim tanto, pelo que ainda temos desequilíbrio de género. Alguns jornalistas do sexo masculino às vezes chegam mesmo a dizer às suas colegas do sexo oposto que jornalismo não é para mulheres. Isso faz com que as mulheres não se sintam motivadas em aderir à profissão. Recentemente, abriu-se um concurso público na RM em Quelimane, capital da província da Zambézia, para a admissão de jornalistas, e as 15 candidaturas apresentadas eram todas de homens.

Pontuação individual: 1; 1; 2; 2; 2; 1; 2; 2; 4; 2

Média: 1.9

4.5. *Integração de questões de género está reflectida no conteúdo editorial.*

Análise:

Há, ao nível oficial, cada vez mais mulheres que são fontes de informação. Mas será difícil reflectir igualdade de género nas notícias, dado que elas (as notícias) não dependem dos jornalistas, mas dos acontecimentos. Se os protagonistas forem homens, lá estarão; se forem mulheres, idem; a sociedade moçambicana é, por excelência, ainda dominada pelos homens no que diz respeito à tomada de decisões; há mais homens em pontos potencialmente de promoção noticiosa. O que se está a verificar não é intencional.

MOÇAMBIQUE

Pontuação individual: 3; 2; 2; 1; 2; 1; 1; 2; 3; 4

Média: 2.1

4.6. *Os jornalistas e os editores não praticam auto-censura.*

Análise:

Não é fácil abordar este aspecto, uma vez que a auto-censura é algo extremamente subjectivo. Em boa verdade, jornalistas e editores praticam, até certo ponto, a auto-censura, dado que o jornalismo implica tomada constante de decisões sobre o que fazer e como fazer em cada momento.

Pontuação individual: 2; 2; 2; 2; 2; 2; 2; 2; 2; 2

Média: 2.0

4.7. *Os proprietários dos órgãos de comunicação social privados não interferem com a independência editorial.*

Análise:

Os proprietários interferem. Quase sempre, o proprietário é também jornalista. Urge discutir-se, em Moçambique, quando é que se separa o proprietário do gestor editorial. Quem faz, por exemplo, negócios publicitários é o proprietário, que é, ao mesmo tempo, gestor da empresa proprietária da publicação.

Pontuação individual: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 2; 1

Média: 1.1

4.8. *Os níveis de salário e as condições gerais de trabalho dos jornalistas e outros profissionais da comunicação social são adequados para desencorajar a corrupção.*

Análise:

O salário não é condição suficiente para desencorajar a corrupção,

mas tem um forte impacto. As condições de trabalho também não são boas. Nalguns casos, os jornalistas nem têm transporte para fazer as suas reportagens, o que os faz aceitar boleia de fontes, sendo por isso vulneráveis à manipulação.

Pontuação individual: 2; 2; 2; 1; 1; 2; 1; 1; 1; 1

Média: 1.4

4.9. *Entidades de formação oferecem programas formais de habilitações para jornalistas, assim como habilidades destes melhorarem as suas habilidades.*

Análise:

As entidades estão lá, mas há jornalistas que não querem estudar. Mesmo quando vão a cursos de curta duração, eles querem ser pagos para poderem atender as acções de formação. As oportunidades estão lá, mas muitos jornalistas não as exploram, devido ao comodismo que os caracteriza.

Pontuação individual: 5; 5; 4; 5; 5; 5; 5; 4; 3; 4

Média: 4.5

4.10. *Os jornalistas e outros profissionais da comunicação social estão organizados em sindicatos e/ou associações profissionais.*

Análise:

Estão realmente organizados em sindicatos e/ou associações profissionais. Temos o Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ) e algumas associações, designadamente o MISA-Moçambique, o Fórum de Editores (SAEF-Moçambique, ex-EditMoz), a Associação das Mulheres da Comunicação Social (AMCS) e a Associação das Empresas Jornalísticas (AEJ). As associações existem, mas o nível de aderência não é bom.

MOÇAMBIQUE

Pontuação individual: 5; 5; 5; 4; 5; 5; 5; 4; 3; 5

Média: 4.6

Média Sector IV: 2.8

Média Global País: 2,5

Diferença entre a média de
2007 e a de 2005 $2.5-2.0=0.5$

Comentários aos dados dos quatro sectores em 2007, em comparação com os resultados de 2005:

Sector I:

- Registou-se uma melhoria de 0.3 pontos. Há-de ter havido, em 2005, um erro de análise. O EGFE e o Código dos Altos Dirigentes do Estado já estavam em vigor, mas não foram citados.

Sector II:

- Registou-se uma melhoria de 0.5 pontos. Houve, em 2005, algum problema na questão 2.12, dado que não é política do Governo usar o seu poder sobre a colocação de anúncios nos jornais. Podiam existir alguns funcionários que escolhiam onde meter publicidade, em função do que lhes agrada, mas o Governo como tal nunca exerceu o seu poder sobre isso;

Sector III:

- Há uma melhoria em 0.5 pontos. Não foram feitos comentários;

Sector IV:

- Assinalou-se uma melhoria de 0.7 pontos. Nada foi dito pelos participantes a respeito deste aspecto.

Comparando os dados de 2007 com os de 2005, nota-se que houve uma melhoria de 0.5 pontos.

Questões para Seguimento no III AMB em Moçambique

Terminado o debate em torno dos quatro sectores, procedeu-se à discussão das questões de seguimento na terceira ronda do African Media Barometer em Moçambique. Este não pretende ser, de jeito nenhum, o quinto sector. As questões, que foram respondidas de uma forma agrupada, são as seguintes:

MOÇAMBIQUE

- i) Houve alguma mudança no ambiente mediático nos últimos dois anos?
- ii) Se houve mudanças positivas: quem ou quais foram as maiores razões para isso?
- iii) Quais são os maiores obstáculos para que ocorram outras mudanças positivas?
- iv) Se houve mudanças negativas: quem ou quais foram as maiores razões para isso?
- v) Que actores podem ser fulcrais para mudanças no futuro?
- vi) Que tipo de actividades são necessárias durante os próximos dois anos?

Das discussões, ressaltaram os pontos seguintes:

- Uma das coisas que aconteceram nos últimos dois anos foi um maior entrosamento na classe jornalística, o que superou a turbulência que existia nos anos anteriores;
- Já começa a haver diferença entre jornalista simples e jornalista proprietário, o que é salutar para a maturação da classe;
- Em 2005 havia grande apreensão para com o novo Presidente da República, mas, presentemente, há um profícuo clima de diálogo;
- Instituições como CSCS e GABINFO estão a ser cada vez mais ignoradas pela classe jornalística;
- No aspecto ético há questões não simpáticas: fala-se, nos últimos tempos, muito de corrupção, o que é preocupante para a credibilidade da classe;
- Acentuada promiscuidade entre a figura de jornalista e de assessor de imprensa;
- Governantes e políticos recorrem cada vez mais aos tribunais, para amedrontar a classe jornalística, que investiga cada vez mais;
- A ideia de institucionalização do Fundo Legal, pelo MISA-Moçambique, é ao todo boa;
- Há cada vez mais jornais, o que é bom em termos de diversidade; mas o mercado está a ficar saturado;
- A Comunidade Internacional elege sempre os media como

parceiros, mas não os capacita (a última vez que os apoiou foi nos meados da década 90 do século XX);

- A imprensa precisa urgentemente de mecanismos facilitados de acesso ao papel;
- Sugere-se a criação de um fundo de investigação jornalística;
- Urge a ampliação da noção da Liberdade de Imprensa, eliminando a confusão existente entre o que é permitido, mas que não é consentido;
- Deve-se legislar o acesso às fontes de natureza administrativa;
- No domínio da radiodifusão, deve haver clareza entre o que é serviço público, o que são rádios comerciais e comunitárias;
- Deve-se democratizar o processo de indicação de dirigentes das emissoras públicas (RM e TVM), para torná-las independentes;
- A classe jornalística deve criar mecanismos simples, mas eficientes, de supervisão de questões éticas e deontológicas;

Painelistas:

Salomão Moyana

Fernando Lima

Eduardo Siteo

Alberto Tomás

Abdul Carimo Sau

Egídio Vaz

Joana Macie

Alexandre Chiúre

João Nobre

Sérgio Mamudo

MOÇAMBIQUE

Moderador

Fernando Gonçalves

Relator

Ericino de Salema

Observador:

Rolf Paasch



**AFRICAN
MEDIA
BAROMETER**

The first home-grown analysis
of the media landscape in Africa
Première analyse locale du paysage
médiatique en Afrique

MOZAMBIQUE 2007

(english edition)

The African Media Barometer (AMB)

The Media Institute of Southern Africa (MISA) and the Friedrich-Ebert-Stiftung's Southern African Media Project took the initiative in April 2005 to start the African Media Barometer (AMB). The AMB is an assessment exercise done by Africans of their local media environment according to homegrown criteria. The project is the first in-depth and comprehensive description and measurement system for national media environments on the African continent. The benchmarks are to a large extent taken from the African Commission for Human and Peoples' Rights (ACHPR) "Declaration of Principles on Freedom of Expression in Africa", adopted in 2002. This declaration was largely inspired by the groundbreaking conferences in Windhoek, Namibia, on the "Independence of the Media" (1992) and the "African Charter on Broadcasting" (2001). By the end of 2006, MISA and FES together implemented the AMB in 11 countries in southern Africa. FES further implemented the AMB in another 10 sub-Saharan countries. In 2007 those countries which started the exercise in 2005, were revisited providing for the first time comparable data to measure developments in a country over a two-year period.

Methodology: A panel of experts is formed in each country and includes representatives of media and civil society at large in equal numbers. They serve as panel members in their personal capacities, not as representatives of their respective organisations. Effort is made to ensure gender equity and geographical representation.

The panel consists at most of ten members who will meet bi-annually for two-day retreats. During this time the panelists, through qualitative discussion, assess their local media environment according to predetermined indicators and as such determine (quantitative) scores for each indicator. A trained, independent consultant moderates the meetings to ensure comparable results. The resulting reports are made public.

Scoring system: Panel members are asked to allocate their individual scores to the respective indicators after the qualitative discussion in an anonymous vote according to the following scale:

- 1 Country does not meet indicator.
- 2 Country minimally meets aspects of the indicator.
- 3 Country meets many aspects of indicator but progress may be too recent to judge.
- 4 Country meets most aspects of indicator.
- 5 Country meets all aspects of the indicator and has been doing so over time.

Scores for each sector are determined as follows: Members of the panel will, after a qualitative group discussion, attach their individual point-score (1 - 5) to each sub-indicator of a sector. The sum of all individual scores will be divided by the number of panel members. The result will then be considered the final score for the sub-indicator.

This qualitative report, including the scores, serves the purpose of measuring over time (based on bi-annual repetitions of the panel meetings) the progress or otherwise developments in the media landscape.



Kaitira Kandjii
Regional Director
Media Institute of Southern Africa
Windhoek, Namibia



Rolf Paasch
Head of Media Project for Southern Africa
Friedrich-Ebert-Stiftung
Windhoek, Namibia

Sector I: Freedom of expression, including freedom of the media, are effectively protected and promoted

1.1. *Freedom of expression, including freedom of the media, is guaranteed in the constitution and protected by other pieces of legislation.*

Analysis:

Freedom of Expression and Media Freedom are enshrined in the Constitution of the Republic of Mozambique, specifically through its Article 48. Such freedoms are effectively promoted and guaranteed by the Law Nr. 18/91 of 10 August, generally known as Media Law (Press Law).

Individual scores: 5; 5; 5; 5; 5; 5; 4; 3; 5; 5

Average score: 4.7

1.2. *The right to freedom of expression is practiced and citizens, including journalists, are asserting their rights without fear.*

Analysis:

Fear depends on each person given the fact that there is nothing to impede the exercise of the above right. The environment in which one operates is effectively democratic. Even in journalistic circles, where there are those clearly stating that they do have fear, one observes that such fear is related to expectations by specific media professionals. However, in practice and objectively, nothing exists that could raise fear.

As one moves away from the country's capital, Maputo city, one observes the clear existence of some indications and symptoms of fear among media practitioners, due to the lack of respect for Media Freedom (Press Freedom) by certain politicians. A journalist working in Quelimane, Zambézia's Provincial Capital, was dismissed from his position as head of a government media organisation for refusing

to participate in a ruling Frelimo Party meeting for which he was invited in 2006.

It is imperative that the media practitioners do everything in their power to be able to resist the never ending manipulation from politicians. Such manipulation is possibly stronger within the country's capital than in the various provinces. Eventually, those that are involved in manipulation certainly think that there is a tense climate in the country.

With the exception of Maputo, where there are still those that do NOT report about RENAMO, for instance, for fear of being linked to the political opposition. The fear intensifies to an extent as one is further away from the country's capital. That is exemplified clearly by what is happening with the community radios. As an example, only after one year was elapsed, it was learned that the seven million "Meticais" (N.T.: Meticals - being 1 Metical the Mozambique currency unit) allocated to the districts were being misused. This was because the community radio reporters said nothing about it due to the fear that is prevalent outside Maputo.

There is intense political intimidation away from the country's capital, many times resulting in revenge and retaliation. That raises fear among the people including journalists. In such situation, people prefer not to expose themselves to risks, as one should protect his/her own physical integrity. Situations of misuse or abuse of power in areas away from Maputo should be promptly denounced to avoid the wide spreading of unlawful and illicit actions. For instance in 2006, a prosecutor ordered the illegal detention of three journalists in Barué, in the Manica Province. However, as soon as MISA-Mozambique denounced the occurrence the journalists were released and the Public Prosecutor (Procurador-Geral da República - PGR) brought a disciplinary action against the said Prosecutor.

Individual scores: 3; 5; 3; 3; 2; 3; 2; 2; 4; 2

Average score: 2.9

- 1.3. *There are no laws restricting freedom of expression such as excessive official secret or libel acts, or laws that unreasonably interfere with the responsibilities of media.*

Analysis:

There are laws that restrict the Freedom of Expression in Mozambique. One of such laws is the General Statute for Public Workers, (EGFE), preventing or thwarting public workers from speaking in public about their own work. Such provisions contribute towards the proliferation of unnamed sources in media reporting. Such provisions differ from law nr. 30/2001, which states that public workers shall cooperate with journalists in as far as access to official sources are concerned.

The Media Law (Press Law) also has some excessive provisions. For instance, article 29 (1) and (2) of this legal monument, regarding the official sources of information, are contradicting each other, once (1) states the access must be facilitated while (2) talks about consent. It is worth little to facilitate without consent.

Other areas of the Media Law (Press Law) considered to be problematic are Article 42 (on crimes of media abuse) stating that media crimes are of an urgent nature, and Article 47, stipulating that when the plaintiff is the Head of State, there is no evidence in relation to the veracity of the facts, which is unreasonable. In the draft amendment bill of the Media Law (Press Law), this article is in the process of being deleted, given that Article 153 of the Country's Constitution of 2004 stipulates that the State President is liable for criminal acts committed during his/her office, a provision that was not included in the 1990 Constitution which served as a basis for the approval of the Media Law.

It was decided that the good thing, in as far as the media crimes was concerned, was that many of those that were calumniated in real terms did not know the Media Law. Journalists should be aware that a Code of Conduct for Senior State Officials - involving ministers,

provincial governors and district administrators - has provisions expressing that those mentioned above are not authorised to refer to their work outside official premises.

There is another concern in as far as media crimes are concerned: the judges pronounce judgements against journalists guided almost exclusively by penal code thus completely ignoring the Media Law provisions.

Individual scores: 2; 2; 2; 2; 2; 2; 2; 2; 2; 1

Average score: 1.9

1.4. *Entry into and practices of the journalistic profession is legally unrestricted.*

Analysis:

There is a wide lack of regulations related to the Journalist profession in Mozambique allowing any person unable to get employment to declare they are journalists.

Individual scores: 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5

Average score: 5.0

1.5. *Protection of confidential sources of information is guaranteed by law.*

Analysis:

Both the country's Constitution and the Media Law (Press Law), specifically in their Article 30, recognise the professional secrecy of the journalists. However this is a matter of concern because the judicial magistrates show lack of knowledge of the legislation in relation to this issue, particularly the Media Law (Press Law).

MOZAMBIQUE

Individual scores: 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5;

Average score: 5.0

1.6. *Public information is easily accessible, guaranteed by law, to all citizens, including journalists.*

Analysis:

The administrative information is not easily accessible in Mozambique. MISA-Mozambique submitted to Parliament a draft proposal on the Right to Information Act, on 30 November 2005. The draft aims at filling in the gap in that area.

Individual scores: 1; 1; 1; 4; 1; 1; 1; 1; 1; 2

Average score: 1.4

1.7. *Civil society in general and media lobby groups actively advance the cause of media freedom.*

Analysis:

The prevailing situation indicates that civil society organisations are not aware that their existence can not be effective without the media, hence they do very little to actively encourage and promote Media Freedom.

There is a clear lack of media culture within Mozambique civil society organisations, which still is, in reality, very incipient. As evidence of this (lack of a media culture) many civil society organisations do not subscribe to at least one paper. They think that their only task is to build new water wells; they clearly show lack of knowledge regarding the concept that peoples' awareness can only be effectively done with the help and usage of the media.

The situation is of such concern that even the Human Rights League (LDH), one of the most prominent civil society organisations in Mozambique, does not use correctly and effectively the media to cre-

ate awareness among the people about what are the human rights. The very few times that the Mozambican civil society organisations call a press conference, it becomes clear that their own leaders want to “call the attention of the public upon themselves” most of the times with futilities and vanities that have little news value and public interest.

On the occasion of the “Mabáruè case”, in May 2006, only MISA-Mozambique took a public position, thus suggesting that for all the other civil society organisations, questions linked to the Freedom of Expression and Media Freedom are simply not of relevance.

Individual scores: 1; 1; 1; 1; 1; 2; 1; 1; 1; 1

Average score: 1.1

Media Sector I: 3.1

Sector II: The media landscape is characterised by diversity, independence and sustainability.

2.1. *A wide range of sources of information (print, broadcasting, internet) is available and affordable to citizens.*

Analysis:

There are information sources but they are not accessible. Some people with financial power are unfamiliar with and neglect media reports due to a lack of culture of information. The access to radio is reasonable. In territorial terms, radio, especially in the evening, cover the whole territory. However in terms of listenership it reaches about 90% of the population. Television covers about 70% of the territory and about 50% of the population. The newspaper readership is not wider than 2.5% of the population. Access to Internet is even smaller!

It is important to note that access to the media does not mean necessarily access to information. For instance, those that do not have a TV set in their homes go to their neighbours' houses on time to watch TV soap serials but not news programmes. Public media organisations should have the obligation of supplying a lot of information of public interest.

Individual scores: 3; 2; 3; 2; 3; 2; 2; 3; 2; 3

Average score: 2.5

2.2. *Citizens' access to domestic and international media sources is not restricted by state authorities.*

Analysis:

There are no restrictions against both domestic and international media in Mozambique.

Individual scores: 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5; 5

Average score: 5.0

2.3. *Efforts are undertaken to increase the scope of circulation of the print media, particularly to rural communities.*

Analysis:

There has been no successful effort towards that objective. For instance, the State is the main shareholder of the Mozambique Airlines (LAM), but does not offer any subsidy for the transport of newspapers. The importation of paper does not benefit from tax incentives nor is it subjected to special duties. There are countries where their national Parliaments have approved media incentives, especially in relation to their wide distribution to the masses.

In Mozambique, the State does nothing towards that end which is worsened by the fact that there are State district administrators that are clearly hostile towards the presence of independent media journalists in the territorial units under their jurisdiction. A citizen who resides in the Province of Inhambane was “accused” by a State administrator for reading the “SAVANA” and the “ZAMBEZE”, two independent newspapers. At Zambézia Province level, such things occur also at Provincial Government level.

The recently concluded “Project Media” from UNESCO, which was co-financed by UNDP and the Mozambican Government, can be considered as an isolated effort towards such objective that ended up to be a total failure. One of the points of such initiative was the support to the independent print media. Also, it was foreseen the establishment of Community Media Centres. For instance, one such centre was established in Beira, capital city of the Sofala Province.

The situation in which the independent media operate shows that the government does not have a proactive attitude towards such media doing nothing towards their benefit and improvement. What the government has is an inflexible attitude towards this sector (the

MOZAMBIQUE

media). Government use to have until recently a newspaper called “O Campo” (The Countryside) whose periodicity was a guess. Whenever this newspaper was published it would not reach the rural areas.

The organisations operating in the print media sector are also part of the problem, because they are not seen to be properly organized. There is an organization that supposedly should do everything for the improving of the sector and that is the Association of Newspaper Companies (Associação das Empresas Jornalísticas) known as AEJ. However its action is negligible.

Individual scores: 2; 2; 2; 3; 2; 3; 1; 2; 1; 1

Average score: 1.9

2.4. *Broadcasting legislation has been passed and is implemented that provides for a conducive environment for public, commercial and community broadcasting.*

Analysis:

In 1992, one year after the approval and implementation of the Media Law, a decree on the access to frequencies detailing its conditions, was approved by the Council of Ministers (CM) which is in fact the Government of Mozambique. Apart from that no other legislation exists.

There is a National Information Policy that was approved in 1996 and that has not regulating power. The public sector media [Radio Mozambique (RM) e Television of Mozambique (TVM)] are in constant competition with the private media sector. The lack of educative programmes is the same in both scenarios (public and private). As far as that is concerned, Radio Mozambique still makes an effort towards producing useful programmes. Both RM and TVM receive State Aid through the contract-programmes signed with the Government, for which there are no specific laws.

The situation of the community radios is particularly sensitive: they always requesting for a law to be approved but no progress has been achieved. It is said frequently that the journalists of the community radios are more of disk jockeys than journalists. In fact there is no legislation that regulates coexistence in a healthy environment.

Individual scores: 1; 2; 1; 1; 1; 1; 1; 2; 1; 1

Average score: 1.2

2.5. *Community broadcasting enjoys special promotion given its potential to broaden access by poor and rural communities.*

Analysis:

Community radios are always an issue in the annual programmes of the government, which shows that there is a special effort for their promotion. The key question is if such radio stations are for the good of the rural communities or are in fact an extension of the public radio service. It is because of that, that these Community Radios have signed agreements with RM and TVM, particularly those linked to the Institute of Social Communication (ICS).

In Mozambique there are a number of community radio and television services that are supported by the government; others by religious congregations and another group that operates under the sphere of certain organisations of the civil society. They do enjoy some promotion.

Of some concern is the fact that community radios have to face many difficulties to be granted a licence. They are submitted to a process of licensing almost identical to the one applied to the commercial radio services. Before the licence is granted to a community radio, the political orientation of its advisors is thoroughly investigated.

MOZAMBIQUE

Individual scores: 2; 1; 3; 3; 2; 2; 2; 3; 2; 1

Average score: 2.1

2.6. *The editorial independence of the print media published by a public authority is protected adequately against undue interference.*

Analysis:

The editorial independence of the print media with a strong historical link to the State is not protected against political interference. For instance, the executive editors and journalists of “Notícias” newspaper, the largest in the country, try to present an image that the newspaper is private. However, the fact that the Bank of Mozambique is the biggest shareholder of “Sociedade Notícias, S.A.” the owner of the newspaper and main financial adviser of the government, can create the idea (rightly or wrongly) that it is a newspaper that is not too far from the Government political line.

It should be stressed that during the preparation of this Media Barometer, the Chairman of the Board of Directors of “Sociedade Notícias, SA” was the Bank of Mozambique Governor. Such situation was only altered with the appointment of the new Chairwoman of the Board of Directors who is also a senior staff member of the Bank of Mozambique.

Individual scores: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 2; 1; 1

Average score: 1.1

2.7. *Local and regional independent news agencies gather and distribute their information for all media.*

Analysis:

There are no independent news agencies (both national and regional) in Mozambique that collect and distribute information to all media.

Individual scores: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1

Average score: 1.0

2.8. *Media diversity is promoted through adequate competition regulation/legislation.*

Analysis:

Reality shows that diversity is not promoted through clear rules of competition and adequate laws, as is the case with those against monopoly. The “Independent Society of Communication” (SOICO), proprietor of Sty, of Sfm, of FamaMagazine and the weekly publication “O País” (The Country), is a commendable case of this situation.

Sty, not being able to acquire a licence for the whole country, which is legally the monopoly of the public broadcasters (RM e TVM), it eventually requested separate licences for each one of the provinces, ending up with repeater stations throughout the country, with some exceptions. There is no proof that such situation could promote diversity. On the other hand SOICO “is in all” because there is no anti monopoly law. It operates in the television, radio and print media.

Individual scores: 3; 2; 3; 2; 3; 2; 2; 3; 2; 3

Average score: 2.5

2.9. *Government promotes a political and economic environment which allows a diverse media landscape.*

Analysis:

As far as the political environment is concerned, the situation is good. But economically the government does very little or nothing to promote media diversity. That can be explained by the fact that Mozambique is a country in transition towards a multiparty and liberal democracy. Up to a very recent past Mozambique was a country

MOZAMBIQUE

guided by Marxist-Leninist ideology.

Individual scores: 3; 2; 2; 3; 3; 2; 2; 2; 2; 2

Average score: 2.3

2.10. *Private media houses operate efficient and professional businesses.*

Analysis:

Those that are operating are, to a certain point, efficient and professional. There are those that try hard to be both (efficient and professional) while others do not.

Individual scores: 3; 3; 2; 2; 3; 3; 2; 2; 2; 3

Average score: 2.5

2.11. *State print media outlets operate as efficient and professional businesses.*

Analysis:

This statement is a paradox. The state media, obviously, is subsidised with the tax payers' money. The problem is that the subsidy is not enough.

Individual scores: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 2; 1; 1

Average score: 1.1

2.12. *Government does not use its power over the placement of advertisements as a means to interfere with the media content..*

Analysis:

The government does not use its power through the attribution of advertising contracts to interfere in the content of the media. In

general, a certain diversification in placing State advertisements in almost all media is visible, although there is a predominance of advertising in the “Notícias” newspaper given the perception of many of government leaders that that is the largest newspaper with the widest readership.

Individual scores: 5; 5; 5; 4; 5; 5; 4; 4; 5; 5

Average score: 4.7

2.13. *The advertising market is large enough to maintain a diversity of media outlets.*

Analysis:

On the side of the companies and entrepreneurs that operate in Mozambique there is no advertising culture. When the companies and managers advertise their products and services in the media they think they doing that for charity. With the new Procurement law, advertising in the media is increasing but it is not correct to say that the advertising market is sufficiently large to maintain the diversity of the media environment. The “Notícias” newspaper continues to benefit from the largest share of advertising in the market.

Individual scores: 1; 2; 2; 1; 2; 2; 2; 1; 1; 1

Average score: 1.5

Average score Sector II: 2.2

Sector III: Broadcasting regulation is transparent and independent; the state broadcaster is transformed into a truly public broadcaster.

3.1. *Broadcasting is regulated by an independent body adequately protected against interference, particularly of a political and economic nature.*

Analysis:

In Mozambique there are organs that are claimed to be regulators. However, their independence is, at best, questionable. As far as broadcasting is concerned, there is no regulating body in the country. There is the Mozambique National Institute of Communications (Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique) (INCM) that is confined to grant frequencies. The High Media Council (Conselho Superior da Comunicação Social) (CSCS) attempts to be a regulator but various problems including structural problems, make it impossible to fulfil such role.

Individual scores: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1

Average score: 1.0

3.2. *The appointments procedure for members of the regulatory body is open and transparent and involves civil society.*

Analysis:

There is no specific regulating body for broadcasting in Mozambique.

Individual scores: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1

Average score: 1.0

- 3.3. *The body regulates broadcasting in the public interest and ensures fairness and a diversity of views that broadly represents society at large.*

Analysis:

There is no regulating body for broadcasting in Mozambique, thus such statement is not applicable.

Individual scores: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1

Average score: 1.0

- 3.4. *The body's decisions on licensing in particular are informed by a broadcasting policy developed in a transparent and inclusive manner.*

Analysis:

There is no regulating body as such in Mozambique. There is the INCM that has the responsibility of granting frequencies. This body operates based on two legal instruments. The INCM was the arm of the Transport and Communications Ministry and there was a decree that laid down its responsibility for the radio electrical Spectrum of the country. Another Decree from 1992 regulates the access to frequencies. The Information Office (Gabinete de Informação) (GABINFO) confines itself to confirm that the requesting media organisation is in compliance with the Media Law.

Individual scores: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1

Average score: 1.0

- 3.5. *The public broadcaster is accountable to the public through a board representative of society at large and selected in an independent, open and transparent manner.*

Analysis:

The Board of Directors of the Public broadcasters is appointed by the Government according to a criterion that was never revealed to the public. These Boards did not represent ever the Mozambican Society. There is only one of its members that is elected by the workers, but the efficacy of such person in the protection of the workers' interests it is often very weak. Although legally the public broadcasting services are public entities, the way in which their Board of Executives are appointed based in the discretionary powers of the government, effectively transform them in state organs.

Individual scores: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1

Average score: 1.0

- 3.6. *Persons who have vested interests of a political or commercial nature are excluded from possible membership in the board, i.e. office bearers with state and political parties as well as those with a financial interest in the broad casting industry.*

Analysis:

At the moment it is not possible to guarantee this because the model used is problematic, and in fact the members of the Board of Directors become "hostages" of the government through the Lady Prime Minister who is responsible for the nomination of the Chair Persons of such Boards. The government, and not the National Parliament, also maintains its control over the Board through financing, which is guaranteed through contracted programmes that the public service enter with the government. (N.T. - these programmes are commissioned by the government to the public services and contracts are signed for their delivery and broadcasting, thus guaranteeing the

financing of the services).

Individual scores: 2; 1; 2; 2; 2; 2; 2; 2; 2; 2

Average score: 1.9

3.7. *The editorial independence of the public broadcasters from commercial pressure and political influence is guaranteed by law and practices.*

Analysis:

In the law there is protection from political interference. But in practice this is never applied.

Individual scores: 1; 2; 2; 1; 2; 1; 2; 3; 1; 2

Average score: 1.7

3.8. *The public broadcasters are adequately funded in a manner that protects them from arbitrary interference with its budget.*

Analysis:

There is no guarantee whatsoever of financial independence of the public broadcasting services because their budgets are not decided by the National Parliament. This is done according to the discretionary powers of the government. The so-called Contracted Programmes that they must enter with the government are not produced in its totality.

Individual scores: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1

Average score: 1.0

3.9. *The public broadcaster is technically accessible in the entire country.*

Analysis:

The technical conditions for the accessibility are created. RM (N.T. Radio Mozambique) has transmitters in all provinces of the country and broadcasts in almost all the National Languages.

Individual scores: 4; 5; 5; 4; 4; 5; 5; 3; 4; 4

Average score: 4.3

3.10. *The public broadcaster offers diverse programmes for all interests.*

Analysis:

The programming that is offered does not satisfy all the sectors of the Mozambican society. For instance, as far as religion is concerned, only the Catholic Church has some access to the airwaves. All the other religions are ignored. At the moment the public broadcasters seem to be property of the young people who have excessive time in their programming. For instance the senior citizens are not even catered for in the programming. Entertainment is only dance music; for instance the public broadcasters have no programmes on literature.

Individual scores: 3; 3; 3; 3; 3; 3; 3; 3; 2; 3

Average score: 2.9

3.11. *The public broadcaster officers balanced and fair information reflecting the full spectrum of diverse views and opinions.*

Analysis:

There is a relative balance. For instance there are some interactive

programmes where the listeners participate through the telephone and sending through SMS's. In reality, anyone both from the ruling party and from any other political party can participate in these programmes. There are problems concerning the sorting of news, in most cases the sorting is in accordance with governmental hierarchies. During the period of electoral campaign the information balance is further stumped down as the ruling party, Frelimo, is always mostly benefited.

Individual scores: 3; 4; 5; 4; 4; 4; 3; 3; 3; 4

Average score: 3.7

3.12. *The public broadcaster offers as much diverse and creative local content as economically achievable.*

Analysis:

The public broadcasters stopped depending from foreign sources to guarantee their broadcasts for some time now. As far as music is concerned, a lot of locally produced music is broadcast by the public broadcasters (radio and television), which is a welcomed change from the recent past, where the music played was mainly from DRC and South Africa. Although what is done in terms of local content is reasonable, taking into consideration the financial situation, more could still be done.

Individual scores: 4; 4; 4; 4; 4; 4; 5; 4; 4; 3

Average score: 4.0

Average score Sector III: 2.0

Sector IV: The media practice levels of professional standards.

4.1. *The media follows voluntarily codes of professional standards which are enforced by self-regulatory bodies.*

Analysis:

Effectively, the media follow certain voluntary codes but these are not imposed by any self regulating body. What journalists do is to follow the universal ethical and deontological rules of their profession.

Individual scores: 3; 4; 3; 3; 2; 4; 3; 3; 2; 3

Average score: 3.0

4.2. *The standard of reporting follows the basic principles of accuracy and fairness.*

Analysis:

In general the media organisations follow the principles of accuracy and impartiality. However there are still some areas that interfere negatively in the reporting like, for instance, the excessive usage of adjectives.

Individual scores: 4; 4; 3; 4; 4; 4; 4; 4; 3; 4

Average score: 3.8

4.3. *The media cover the full spectrum of events, issues and cultures, including business/economics, cultural, local and investigative stories.*

Analysis:

There is an effort towards that end but the media is not yet capable of covering all the relevant news events. The notion of what is really

public interest is expanding throughout the media organizations.

Individual scores: 4; 4; 3; 4; 4; 3; 3; 3; 4; 4

Average score: 3.6

4.4. *Gender mainstreaming is promoted in terms of equal participation of both sexes in the production process.*

Analysis:

This is an area where there is not enough progress and there is still gender imbalance. Some male journalists sometimes even tell their female colleagues that journalism is not for women. This causes women not to feel motivated to join the profession. Recently there was a public recruitment drive for Radio Mozambique journalists in the capital of Zambézia Province, Quelimane. All the fifteen applications belonged to men.

Individual scores: 1; 1; 2; 2; 2; 1; 2; 2; 4; 2

Average score: 1.9

4.5. *Gender mainstreaming is reflected in the editorial content.*

Analysis:

There is a growing number of women that are sources of information at official level. However, it will be difficult to reflect gender equity in the news because the news does not depend from journalists but rather from the events. If the protagonists are men they will be there but if those protagonists are women, men will also be there; the Mozambican society is still mainly dominated by men in as far as decision making is concerned. There are potentially more men more news prone areas and what one is witnessing in the editorial content is not intentional.

MOZAMBIQUE

Individual scores: 3; 2; 2; 1; 2; 1; 1; 2; 3; 4

Average score: 2.1

4.6. *Journalists and editors do not practise self-censorship.*

Analysis:

It is not easy to discuss this issue because self-censorship is an extremely subjective concept. In fact, journalists and editors do practice self censorship to a point, once journalism implies a constant decision making on what to do and how to do it at all times.

Individual scores: 2; 2; 2; 2; 2; 2; 2; 2; 2

Average score: 2.0

4.7. *Owners of the private media do not interfere with the editorial independence.*

Analysis:

Owners do interfere. Almost always, the owner is also a journalist himself. In Mozambique it is urgent to discuss when the owner should be separated from the editorial manager. For instance, it is the owner that negotiates major advertising contracts and who is at the same time the manager of the publishing company.

Individual scores: 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 1; 2; 1

Average score: 1.1

4.8. *Salary levels and the general working conditions for journalists and other media practitioners are adequate to discourage corruption.*

Analysis:

Salary is not condition enough to discourage corruption but it has a strong impact in it. The working conditions are also not good. In

certain cases, journalists do not have transport to allow them to go on assignment. That leads them to accept lifts from news sources or news makers, thus becoming vulnerable to manipulation.

Individual scores: 2; 2; 2; 1; 1; 2; 1; 1; 1; 1

Average score: 1.4

4.9. *Training facilities offer formal qualification programmes for journalists as well as opportunities to upgrade their skills.*

Analysis:

The entities do exist, but there are journalists that do not want to study. Even when they attend short courses they want to be paid to go for training. There are opportunities but many journalists do not exploit them due to their self-indulgence.]

Individual scores: 5; 5; 4; 5; 5; 5; 5; 4; 3; 4

Average score: 4.5

4.10. *Journalists and other media practitioners are organized in trade unions and/or professional associations.*

Analysis:

They are in fact organized in trade unions and / or professional associations. We have the National Union of Journalists (SNJ) (Sindicato Nacional de Jornalistas); and some associations, namely MISA-Mozambique, the Forum for Editors (SAEF-Moçambique, ex-EditMoz) (Fórum para Editores); The Association for Women in the Media (AMCS) (Associação das Mulheres da Comunicação Social); and the Association of Newspaper Enterprises (Associação das Empresas Jornalísticas) (AEJ). So, associations do exist but the adherence level is not good.

MOZAMBIQUE

Individual scores: 5; 5; 5; 4; 5; 5; 5; 4; 3; 5

Average score: 4.6

Average score for Sector IV: 2.8

Overall Country Average score: 2, 5

Difference between the
Average score in 2007 and
in 2005 $2.5 - 2.0 = 0.5$

Comments to the data of the four sectors in 2007, in comparison with the results achieved in 2005:

Sector I:

- There was an improvement of 0.3 points. There is the possibility of a mistake being done for the 2005 analysis. The EGFE and the Codes for the Senior Leadership were already implemented but they were not mentioned or quoted in 2005.

Sector II:

- There was an improvement of 0.5 points. In 2005 there was some problem related to the question 2.12, because it's not Government policy to use its power on the placing of advertising in the newspapers. It could have happened that some officials would choose where to place the advertisements taking into consideration their preferences in relation to the various media organizations but the Government as such, never used its power for such placements;

Sector III:

- There was an improvement of 0.5 points. No comments were made;

Sector IV:

- There was an improvement of 0.7 points. Nothing was said by the participants in relation to this aspect.

Comparing the data between 2007 and 2005, there is an improvement of 0.5 points.

Questions for following-up for the AMB III in Mozambique

After the debate related to the four sectors ended there was a discussion on the follow-up questions for the third round of the African Media Barometer in Mozambique. There is no intention whatsoever, of this becoming the fifth sector. The questions that were answered in a group related way were the following:

- i) Was there any change in the media environment in the past few years?
- ii) If there were positive changes which or what were the major reasons for that?
- iii) What are the most serious obstacles in the way of more positive changes?
- iv) If there were negative changes which or what were the major reasons for that?
- v) What decisive actors can bring about changes in the future?
- vi) What type of activities is needed in the next two years?

The following points were highlighted during the discussions:

- One of the things that happened in the past two years was a wider interaction between journalists, overcoming the turbulence that existed in the previous years;
- The difference between a journalist and a journalist proprietor is beginning to emerge which is being considered as a healthy situation for the development of the journalists' class;
- In 2005 there was a major concern related to the new country President, but at the moment there is a useful dialogue climate between the Presidency and the journalists;
- Institutions like the CSCS and GABINFO are being increasingly disregarded by the journalists;
- As far as ethical principles are concerned there are unkind questions being raised: in the last few months there is serious talk about corruption which is of concern to the credibility of the profession;

- There is evident promiscuity between a journalist as a professional and a press advisor or press attaché;
- Government leaders and politicians are using the courts more and more to threaten journalists that are intensifying investigative reports.
- The idea to institutionalize the Legal Fund by MISA-Mozambique is a very good one;
- There is a growing number of newspapers which is good as far as diversity is concerned; however the market is becoming saturated;
- The International Community consider the media always as partners. However it does not help training them (the last time they did that was in the mid-nineties of the twentieth century);
- The press needs urgently of simple ways and mechanisms to access printing paper;
- There is a suggestion to establish a fund for investigative reporting;
- There is an urgent need to enlarge the notion of Press Freedom, eliminating the existing confusion on what is allowed but is not authorized;
- The access to sources of an administrative nature should be legislated;
- In the broadcasting sector, there should be clear distinction between what is a public service and what are the commercial and community radios;
- The process to nominate leaders to the public broadcasting services (Rádio Mozambique - RM - and Television Mozambique - TVM - should be democratized in order for such public services to become independent;
- The journalist profession should create simple but efficient mechanisms of supervision for ethical and deontological principles;

MOZAMBIQUE

Panel Members:

Salomão Moyana
Fernando Lima
Eduardo Siteo
Alberto Tomás
Abdul Carimo Sau
Egídio Vaz
Joana Macie
Alexandre Chiúre
João Nobre
Sérgio Mamudo

Moderator

Fernando Gonçalves

Rapporteur

Ericino de Salema

Observer:

Rolf Paasch